

# Cultura, educação e democracia andam juntos

A cultura é uma das áreas sob profundo ataque desde a eleição de Bolsonaro. Os artistas, seu trabalho e seus produtos são tratados como indesejáveis pelo governo federal, que fechou o Ministério da Cultura e entregou o tema a uma limitada secretaria que tem a nítida tarefa de implodir as políticas públicas antes existentes e interditar qualquer iniciativa ou debate de fomento cultural.

Esse foi o diagnóstico apresentado pelos expositores da primeira mesa de debates deste sábado, 9 de julho, terceiro e último dia do 12º CTE, “Cultura e Direitos Humanos no Enfrentamento do Fascismo”. O ex-ministro da Cultura Juca Ferreira, a multiartista Preta Ferreira e a deputada federal Érika Kokay compuseram a mesa. Os trabalhos foram conduzidos pelas diretoras do Sinpro Carolina Moniz e Leilane Costa.

Érika afirmou que os ataques às áreas da cultura, da educação e da ciência são traço central do programa e da personalidade de Bolsonaro: “Esse governo combate a educação, a ciência e a arte porque elas são expressões de criação, e expressões de criação são expressões de liberdade”, disse ela. Para a deputada, esse posicionamento tem íntima relação com o negacionismo que também caracteriza o governo. “O negacionismo em curso não é pontual, não é apenas da ciência, não é apenas o terraplanismo. É uma busca por negar a própria realidade, buscando substituí-la por uma narrativa fundamentalista”, observou ela.

A deputada também lembrou da importância da cultura para garantir o direito da população à cidade, direito esse que não está disponível para o conjunto da população, afinal, a muitos segmentos é negado o espaço público. Érika Kokay também

pontuou que a política de destruição do governo Bolsonaro tem como tática implodir as áreas por dentro. Basta notar que órgãos governamentais como a Secretaria de Cultura, o Ministério do Meio Ambiente, a Fundação Palmares e o Ministério da Mulher têm à sua frente inimigos declarados, respectivamente, da cultura, do meio ambiente, da luta antirracista e do feminismo.

Preta Ferreira destacou justamente a ausência de políticas públicas, sobretudo para os setores que produzem cultura e para a população negra. “O empoderamento da mulher negra não é garantido pelos governos”, afirmou ela.

A multiartista falou da experiência de ser uma presa política no ano de 2019, numa ação do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) em São Paulo. Na prisão, onde permaneceu



por 108 dias, ela escreveu *Minha Carne - Diário de uma Prisão* e se tornou, além de feminista e antirracista, uma lutadora abolicionista penal, defendendo o desencarceramento em massa no Brasil e no mundo.

O ex-ministro da Cultura Juca Ferreira localizou a sede de destruição da cultura do governo Bolsonaro num contexto de combate aos direitos sociais, onde nem os direitos mais básicos estão garantidos. Da mesma forma, Juca apontou que a cultura se potencializa e se desenvolve em ambientes democráticos, portanto, cultura e democracia andam juntos. “Porém, a democracia nunca foi estendida a toda a população. Há um largo número de pessoas miseráveis, excluídas, submetidas a uma pobreza radical”, disse ele, resgatando a tradição golpista do país. “Cada vez que retomamos a democracia, perdemos muito do que tinha sido acumulado”, apontou o ex-ministro.

Para Juca, é necessário construir uma política cultural que crie um ambiente inclusivo e democrático para o desenvolvimento da cultura, fomentando a capacidade e a possibilidade de expressão de todos os segmentos sociais. “Atualmente, o que se quer é estrangular o desenvolvimento cultural”, disse ele. O cenário de violência e intimidação alimentado pelo governo Bolsonaro é o oposto do investimento que deveria ser feito na convivência democrática, especialmente em se tratando de um país dotado de tão rica diversidade cultural.

Juca Ferreira saudou os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais pela presença, e destacou: “Este congresso vem num momento muito oportuno, os educadores são centrais na construção de um novo Brasil”.

[Veja mais no site do Sinpro:](https://www.sinprodf.org.br/cultura-educacao-democracia/)  
<https://www.sinprodf.org.br/cultura-educacao-democracia/>



**Congresso de  
Trabalhadoras/es  
em Educação**  
Um outro Brasil é possível!



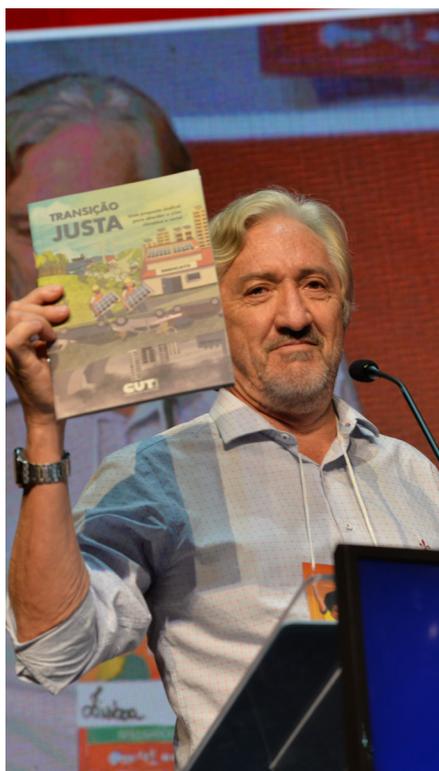
# Os desafios da classe trabalhadora

Uma das Mesas mais importantes do 12º CTE, a Mesa sobre “Desafios da classe trabalhadora diante das mudanças no mundo do trabalho” trouxe um debate que dialoga literal e diretamente com as nossas relações de trabalho e o momento que vivemos. O mundo vive as transformações da quarta revolução industrial e tecnológica e, com ela, um retrocesso imenso nas relações de trabalho.

A penúltima Mesa do 12º CTE teve como palestrantes Meg Guimarães, diretora do Sinpro e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal (CUT-DF), e Antônio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da CUT Brasil e conselheiro representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Ana Prestes, socióloga, cientista política e analista internacional.

## **Assembleia Constituinte e novo pacto constitucional**

Após uma análise da situação política e econômica mundial, Meg apontou vários problemas do mundo do trabalho decorrentes das relações capi-



talistas, que vão desde a atual Guerra da Ucrânia até a 4ª Revolução Tecnológica. Ela falou da nova organização de trabalho que avança num mundo em que direitos são eliminados para dar lugar a lucros incalculáveis a grandes capitalistas.

Em apenas 20 minutos, ela mostrou um pouco de cada coisa que acontece atualmente no mundo do trabalho em razão de mudanças na Constituição Federal. Falou da situação das organizações sindicais e dos desafios dos trabalhadores brasileiros. Para ela, a saída mais imediata e importante para os problemas atuais da classe trabalhadora brasileira é, em primeiro lugar, a eleição do ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, a união para garantir sua governabilidade e, sobretudo, uma nova Assembleia Constituinte para retomar um novo pacto social popular e soberano que recupere direitos e alinhe as relações trabalhistas com a 4ª Revolução Tecnológica.

Ela alertou para o fato de o Novo Ensino Médio preparar os jovens brasileiros para apertar parafuso, não ter cidadania e garantir o seu próprio desenvolvimento e o crescimento do País e jamais ter pensamento crítico. Já está em curso esse problema. “Já temos 13 mil professores do contrato temporário sem acesso a direitos”, denuncia. Ela também alerta para o fato de que a Emenda Constitucional nº 95 está destruindo a Educação Superior e a pesquisa científica no Brasil.

## **Novas tendências mundiais e organizações do trabalho**

Lisboa também fez uma análise geral dos desafios da classe trabalhadora na 4ª Revolução Tecnológica. Ele trouxe a ideia das cadeias globais de produção que concentram toda a riqueza mundial produzida no Hemisfério Norte. Hoje existe o “trabalhador multifuncional”, que dá aula de matemática de manhã; de tarde é motorista de Uber; na primeira parte da noite é garçom em lanchonete; e, mais tarde, canta no bar. “Ele não se vê como trabalhador e sim como um empreendedor”.

Esses trabalhadores, segundo Lisboa, querem outro tipo de relação sindical. Logo, é preciso analisar a crise do sindicalismo e enfrentar os desafios. Ele apontou a captura das instituições e alertou para o fato de que não se deve ser contra a 4ª Revolução Tecnológica. Citou a produção da vacina contra a covid-19, desenvolvida em apenas um ano, que evitou a morte de milhões de pessoas. “O problema não é a 4ª Revolução Tecnológica, é quem controla as novas tecnologias”, disse.

Lisboa também falou das novas tendências mundiais e que há um projeto na OIT de que o mundo deve criar até 2030 mais de 800 milhões de postos de trabalho para reduzir os fossos sociais e financeiros entre a classe trabalhadora e a classe rica. Um total de 70 países fizeram a reforma trabalhista nesta atual crise, mas a pior de todas foi a do Brasil. Hoje, 77% dos países negam aos trabalhadores o direito de aderir a sindicato.

# 12<sup>o</sup> CTE aprova Plano de Lutas

Mais de 30 ações que englobam lutas econômicas, educacionais e gerais do magistério público do DF e do povo brasileiro foram aprovadas pelos delegados e delegadas do 12<sup>o</sup> Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação. A deliberação foi feita neste sábado (9), no encerramento da atividade que reuniu professores(as) – efetivos(as) e em regime de contratação temporária – e orientadores(as) educacionais, da ativa e aposentados.

A tese-guia aprovada pela maioria do plenário foi a tese 1 – Um outro Brasil é possível! Um outro DF é possível!, defendida pela diretoria colegiada do Sinpro-DF. Ao texto, foram apensadas outras duas teses: a 4 – Grupo de Aposentadas(os) e a 7 – Organização e estrutura sindical: resgatar para avançar, apresentado pelo professor Antonio Carlos Andrade. Ao todo, foram submetidas oito teses ao 12<sup>o</sup> CTE.

Diante de um cenário marcado por ataques severos à educação, aos direitos e à democracia, o Plano de Lutas que será adotado no próximo período abrange os âmbitos nacional e distrital. Segundo a dirigente do Sinpro-DF Mônica Caldeira, que fez a defesa da tese escolhida, “não é possível construir um Brasil melhor e um DF melhor sozinho”. “É possível ter um outro Brasil e um outro DF porque nós temos nós”, disse.

Nas lutas gerais, o Plano de Lutas aprovado no 12<sup>o</sup> CTE apresenta questões como eleições livres e diretas – Bolsonaro e Ibaneis nunca mais!; o apoio aos Comitês Populares de Lutas e das Brigadas Digitais da CUT; a revogação da Emenda Constituição 95 (teto de gastos) e das reformas trabalhista e da Previdência, além do combate à PEC 32 (reforma administrativa).

Já no eixo das lutas educacionais estão pontos como o cumprimento do Plano Nacional e Distrital de Educação, o combate à militarização das escolas e à educação domiciliar (homeschooling), a defesa da escola laica, democrática e que respeite a diversidade racial, religiosa, de gênero e de orientação sexual; além da defesa da plena efetividade da Gestão Democrática do Ensino Público, com autonomia financeira e política.

Ao tratar das lutas econômicas, alguns dos pontos trazidos pelo Plano de Lutas da categoria do magistério público do DF são a recomposição salarial diante do congelamento de sete anos; a aplicação da Meta 17 do PDE, garantindo isonomia entre os trabalhadores em educação com outras áreas com nível de escolarização equivalente; e a garantia de conquistas para os(as) aposentados(as) e contratos temporários.

